



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS III
CENTRO DE HUMANIDADES
CURSO DE HISTÓRIA**

JÚLIO CÉSAR MIGUEL DE AQUINO CABRAL

**A FABRICAÇÃO DO OUTRO: AS REPRESENTAÇÕES DO POVO NA OBRA
*FIGURAS E PAISAGENS DO PADRE LUÍS GONZAGA DE OLIVEIRA (1948-1959)***

GUARABIRA-PB

2018

JULIO CÉSAR MIGUEL DE AQUINO CABRAL

**A FABRICAÇÃO DO OUTRO: AS REPRESENTAÇÕES DO POVO NA OBRA
*FIGURAS E PAISAGENS DO PADRE LUÍS GONZAGA DE OLIVEIRA (1948-1959)***

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à banca examinadora, no curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de graduado em História.

Orientadora: Dr.^a Mariângela de Vasconcelos Nunes.

GUARABIRA-PB

2018

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

A117f Cabral, Julio Cesar Miguel de Aquino.
A fabricação do outro: [manuscrito] : as representações do povo na obra Figuras e paisagens do Padre Luis Gonzaga de Oliveira (1948 - 1959) / Julio Cesar Miguel de Aquino Cabral. - 2018.
47 p. : il. colorido.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2018.
"Orientação : Profa. Dra. Mariângela de Vasconcelos Nunes, Departamento de História - CH."
1. Representações. 2. Trabalhadores rurais. 3. Serra da Raiz.

21. ed. CDD 801.95

JULIO CÉSAR MIGUEL DE AQUINO CABRAL

**A FABRICAÇÃO DO OUTRO: AS REPRESENTAÇÕES DO POVO NA OBRA
FIGURAS E PAISAGENS DO PADRE LUÍS GONZAGA DE OLIVEIRA (1948-1959)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à banca examinadora, no curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de graduado em História.

Área de concentração: Relações de poder

Aprovada em: 12/06/2018.

BANCA EXAMINADORA

Mariângela de Vasconcelos Nunes
Prof.^a Dr.^a Mariângela de Vasconcelos Nunes (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Edna Maria Nóbrega Araújo
Prof.^a Dr.^a Edna Maria Nóbrega Araújo (1^o examinadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Joedna Reis de Menezes
Prof.^a Dr.^a Joedna Reis de Menezes (2^o examinadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Dedico este trabalho ao meu avô, José Miguel de Aquino.

AGRADECIMENTOS

Este texto é quase uma psicografia, porém, ao invés de serem movidas por espíritos, minhas mãos foram movidas por pessoas queridas. Ele é produto de cada aula e conversa que tive ao longo de minha trajetória na **Universidade Estadual da Paraíba- Campus III**. Quero agradecer primeiramente ao mestre **E.V.** Agradeço também aos meus familiares: minha mãe, **Josefa Miguel de Aquino**, minha esposa, **Marcela Quezia**, meu avô, **José Miguel de Aquino**, minha tia, **Irece Guedes**, e meu irmão, **Gabriel Miguel**. Vocês são as colunas que sustentam o templo da minha vida.

Quero também expressar minha gratidão à professora Dr.^a **Mariângela Vasconcelos Nunes**. Obrigado pela paciência, compreensão e carinho. Por meio do seu exemplo, aprendi que profissão e afeto não são coisas desvinculadas. Agradeço também aos professores e professoras: Carlos Adriano, Cristiano Christillino, Joedna Reis de Meneses, Edna Nóbrega, Waldeci Ferreira, Ruston Lemos de Barros, Naiara Ferraz, Rita Cavalcanti e Lucinete.

Aqui também externo o meu reconhecimento e afeto aos amigos e amigas: **João Paulo Ferreira, Cleiton Lira, Edvaldo Júnior**, Jardel Ferreira, Aldery Cardoso, Levi Pontes, Dyego Mota, Ary Rodrigues, Antônio Duarte, José Thiago Silva, Eduardo Silva, Renata Padilha, Aniele Oliveira, Pedro Torres, Tony Santos, Danilo Fernandes, Hélio Oliveira, Maximiano Cilene, Allan Marcus, Francileide Rodrigues, Allan Emerson, Wellington Lau, Felipe Cavalcanti, João Paulo Borges, Neto Henrique, Matheus Abdon, Edson Henrique, Thiago Lopes, Rosylaine Ribeiro. Este trabalho não seria possível sem a ajuda de todos vocês.

Seria injusto não registrar também os meus agradecimentos a **José Augusto de Oliveira** e a **Eric Ben-Hur de Oliveira**, visto que, a despeito de nossas divergências de opinião, abriram as portas do valioso arquivo da ONG SACI.

Por fim, quero aproveitar este espaço para defender importância do **PIBIC** (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica). As bolsas e as experiências adquiridas durante as pesquisas foram fundamentais para a minha formação.

*Este sujeito que é parte é um sujeito partido,
segmentado, não é uma unidade, uma totalidade.*

[...]

*Os vários instantâneos de sua vida, suas várias
práticas, não se unificam, não se totalizam numa
única representação, na ideia de uma identidade.*

[...]

Durval Muniz Jr.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo principal analisar as representações do “povo” na obra *Figuras e paisagens* do padre e escritor paraibano Luís Gonzaga de Oliveira (1915-1971). Por meio dos seus textos publicados no periódico *A imprensa*, em que também foi diretor, o padre Luís colaborou para a fabricação de uma identidade camponesa marcada pela passividade. Seus textos memorialísticos evocam homens e mulheres conformados com as estruturas sociais. Além disso, o “povo”, em sua perspectiva, não tem discernimento no que se refere à religião. Nesse sentido, o sacerdote estabeleceu a diferenciação entre a religião institucionalizada e as “crenças populares” tidas como supersticiosas. Em contrapartida, o sacerdote construiu, em seus textos memorialísticos, a imagem do senhor do engenho e do sacerdote como lideranças naturais e arquétipos das virtudes cristãs: pessoas que nasceram para ocupar os espaços de poder. Para embasar teoricamente este trabalho, utilizamos as discussões de Albuquerque Jr (2013), Certeau (1982), Chartier (1996), entre outros autores.

Palavras-Chave: Representações. Trabalhadores rurais. Serra da Raiz.

ABSTRACT

The main objective of this work is to analyze the representations of the “people” in the work *Figuras e landscapes* by the priest and writer from Paraíba, Luís Gonzaga de Oliveira (1915-1971). Through his texts published in the periodical *A Imprensa*, in which he was also director, Father Luís collaborated in the fabrication of a peasant identity marked by passivity. His memorial texts evoke men and women conforming to social structures. Furthermore, the “people”, in their perspective, are not discerning when it comes to religion. In this way, the priest established the differentiation between institutionalized religion and “popular beliefs” regarded as superstitious. On the other hand, the priest built, in his memorial texts, the image of the lord of the plantation and the priest as natural leaders and archetypes of Christian virtues: people who were born to occupy spaces of power. To theoretically support this work, we use the discussions of Albuquerque Jr (2013), Certeau (1982), Chartier (1996), among other authors.

Keywords: Representations. Rural workers. Serra da Raiz-PB.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 – A TERCEIRA MARGEM DO RIO DA HISTÓRIA	15
CAPÍTULO 2 – A TRAJETÓRIA DO PADRE LUÍS GONZAGA DE OLIVEIRA	19
2.1 – O saudosismo do padre Luís	24
CAPÍTULO 3 – ESPÍRITOS RASOS E CORAGEM DE BURRO DE ENGENHO	28
3.1 – Trabalhadores por convicção	28
3.2 – Gente simples	31
3.3 – A figura do senhor de engenho nos escritos do padre Luís	33
3.4 – Nem simples, nem conformados: a luta dos trabalhadores rurais	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
REFERÊNCIAS	39
APÊNDICE	42
ANEXO	46

INTRODUÇÃO

Imagem I – Comício político em Serra da Raiz-PB.



Fonte: Arquivo da ONG SACL.

A fotografia acima nos serve de ponto de partida para a reflexão que propomos neste trabalho. Do palco, o fotógrafo direciona as lentes para um ângulo inferior: as pessoas são olhadas de cima. O foco de luz vindo do palco tem a finalidade de tornar possível a melhor captação fotográfica das pessoas. Assim, os rostos se tornam mais nítidos, prontos para serem lidos.¹ O fotógrafo parece ter sido movido pelo desejo de tudo ver: de ver o conjunto, ver em totalidade. De cima, no lugar da fala e do discurso, ele capta as pessoas que estão embaixo, no lugar da escuta e do silêncio. O povo se cala enquanto a fotografia fala em seu lugar.²

¹ Michel de Certeau, em seu livro *A invenção do cotidiano*, propõe uma analogia entre a “ficção do saber” e o olhar de quem observa Nova York nos andares superiores do *World Trade Center*. Esse olhar é preenchido pelo desejo de tudo ver, de ver em conjunto, de reduzir o aglomerado de pessoas que perambulam nas ruas a uma imagem racionalizada e totalizante da cidade (CERTEAU, 1998).

² A fotografia, segundo Kossoy (2002), não pode ser compreendida como um reflexo do real, mas como um documento que tem uma “realidade própria”.

A imagem pode ser interpretada como uma representação simbólica dos comícios políticos. Mais do que isso, ela encarna em si a utopia máxima de algumas lideranças políticas: o silêncio da multidão diante de suas falas. Silêncio que só é quebrado pelos aplausos ao final da fala - nesse caso, o som emitido pelo povo não é um discurso próprio, mas a glorificação do discurso alheio.

O enquadramento da fotografia produz um efeito de homogeneidade. Todo discurso, porém, carrega em suas bordas “vozes incontroladas”.³ A fotografia analisada revela, no silêncio de suas formas, um povo disperso e heterogêneo. Pessoas de olhares distantes, alguns atentos e outros alheios ao palanque. Algumas mulheres parecem cochichar umas com as outras. Insinua-se, assim, um movimento de resistência ao olhar generalizante do fotógrafo. O “povo” se torna novamente uma multiplicidade de indivíduos, cada qual reagindo de uma maneira ao momento da captura fotográfica.

Esta fotografia pode ser comparada aos textos memorialísticos do padre Luís Gonzaga de Oliveira (1915-1971). Escritos a partir de um lugar da fala (jornalista, político e sacerdote), seus textos fabricaram uma imagem generalizante do “povo”. Em analogia ao foco de luz que, na fotografia citada, sai do palco em direção às pessoas, o sacerdote acreditava que o povo deveria ser iluminado e governado por uma elite religiosa e intelectual. Isso porque, para ele, o povo era uma entidade ingênua, formada por uma massa de pessoas sem capacidade para guiar seus próprios destinos. Portanto, o povo, em sua perspectiva, devia obedecer aos homens que ocupavam os espaços de poder político e religioso.

O presente trabalho tem como objetivo principal analisar as representações do “povo” na obra *Figuras e paisagens* (2017) do padre Luís Gonzaga de Oliveira. O referido sacerdote, professor e escritor paraibano nasceu em 19 de maio de 1915, na zona rural do município de Serra da Raiz-PB. Filho de Bellarmino Augusto de Oliveira e Maria Emília de Oliveira, o padre Luís viveu a maior parte de sua infância no ambiente bucólico do engenho de seus pais. Esse contato com a vida campestre durante os seus primeiros anos de sua vida se tornou a principal matéria-prima dos seus textos literários.

Em 1928, Luís G. de Oliveira foi matriculado no Seminário Diocesano da Paraíba. A sua ordenação sacerdotal aconteceu em 1938. A partir daí, o padre Luís deu início a sua trajetória profissional, dedicando-se às funções de natureza religiosa e ao ensino de Latim em instituições educacionais. No final da década de 40, o sacerdote passou a contribuir com o

³ O historiador italiano Carlo Ginzburg, em seu livro *O fio e os rastros*, inspirado nas ideias de Marc Bloch e de Walter Benjamin, defendeu a ideia de que todo documento histórico contém elementos não propositais deixados por aqueles que o produziram.

periódico *A Imprensa*, publicando memórias, crônicas e matérias jornalísticas.⁴ Além de ter uma vida intelectual bastante ativa, o padre Luís G. de Oliveira também foi um importante líder político na cidade de Serra da Raiz-PB.

Nos textos memorialísticos do padre Luís, é possível perceber o esforço do autor no sentido de construir uma representação dos trabalhadores rurais marcada pela passividade. Suas memórias fabricaram a imagem de homens telúricos que trabalham independentemente do sol escaldante ou do frio das manhãs de inverno. As memórias do sacerdote também construíram a imagem de pessoas nascidas unicamente para o trabalho braçal: pessoas que se sentiam felizes por colaborarem para a boa funcionalidade do engenho: pessoas que trabalhavam por prazer. Na obra do padre, o engenho é o espaço-limite desses trabalhadores. É o lugar de apaziguamento onde a figura paterna do senhor de engenho fornece a proteção necessária para a manutenção da vida (OLIVEIRA, 2017).

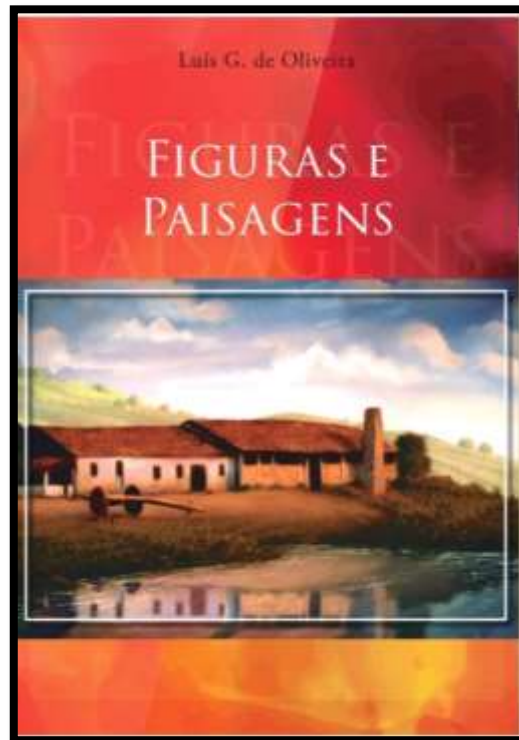
Além de laboriosos, os trabalhadores do engenho, na perspectiva do padre Luís, também eram “pessoas simples”: pessoas sem “aprofundamento de espírito”, pessoas que não conseguiam ter a disciplina necessária para o exercício da “verdadeira religião”. O povo tinha a sua própria religiosidade: era, nas palavras do sacerdote, “a religião do povo”. Sua obra é marcada pela contraposição entre o dogma institucionalizado e as chamadas “crenças populares”.

Para desenvolver este trabalho, utilizamos como principal fonte de pesquisa o livro *Figuras e Paisagens* (2017).⁵ O referido livro é composto por diversos textos publicados pelo padre Luís G. de Oliveira entre os anos de 1948 e 1950. Os textos são ligados pela mesma temática: as memórias de sua infância no engenho Lameiro. Também utilizamos a conferência *O padre Emídio Fernandes e o seu tempo* proferida em 1949 e, posteriormente, publicada na revista da Academia Paraibana de Letras (APL). Por meio da análise desses textos, é possível perceber de que modo o padre Luís atribuiu determinados estereótipos aos homens e mulheres pobres com os quais teve contato ao longo da vida.

⁴Fundado em 27 de maio de 1897 pelo primeiro arcebispo da Paraíba, Dom Adauto Aurélio Miranda Henriques, o jornal *A imprensa* ocupou - durante os últimos anos do século XIX e boa parte do século XX - um lugar de destaque entre os periódicos paraibanos (ARAÚJO, 1986). Ao se tornar colunista e, posteriormente, diretor-geral do periódico, o padre Luís conseguiu dar mais visibilidade à sua produção literária. Por meio da influência de José Américo de Almeida, em 1952, o padre Luís foi nomeado diretor-geral do periódico, evidenciando, dessa forma, as articulações e amizades do padre Luís G. de Oliveira dentro da política paraibana.

⁵Em 2017, 46 anos após a morte do sacerdote, a ONG SACI publicou a primeira edição do livro *Figuras e Paisagens*. O livro foi publicado pela editora *A união*. De uma forma geral, os textos do livro foram selecionados pelo próprio autor, embora alguns tenham sido acrescentados pelos organizadores do livro.

Imagem II - Capa do livro *Figuras e Paisagens* (2017).



Fonte: Arquivo pessoal.

Percebemos os anos de 1948 a 1959 como sendo um dos períodos mais produtivos da vida do padre Luís G. de Oliveira. A partir de 1948, nota-se um aumento significativo em sua produção literária. Além dos textos publicados no jornal *A imprensa*, o padre também publicou os livros *Quadros de minha infância* (1958) e *a Tragédia do Major* (1962).

No decorrer desta pesquisa, tivemos que fazer escolhas teóricas. Um dos conceitos-chaves que utilizamos foi o de *representação* desenvolvido pelo historiador Roger Chartier. O conceito de representação pode ser definido como um conjunto de práticas e discursos – iconográficos/ textuais e verbais - por meio dos quais os indivíduos e grupos sociais atribuem significado ao real. Essas representações, de acordo com o Chartier, não atuam como “[...] Simples reflexos verdadeiros ou falsos da realidade, mas como entidades que vão construindo as próprias divisões do mundo social (CHARTIER, 2010, p.7). Ou seja, essas representações não são espelhos que refletem uma dada realidade, nem uma superestrutura modelada segundo as condições econômicas de um período, mas imagens que têm a capacidade de influir sobre as próprias relações sociais.

Também fizemos uso das reflexões propostas por Durval Muniz de Albuquerque Júnior em seu livro *Nordestino: uma invenção do Falo* (2013). Nessa obra, o historiador estudou a gestação, na primeira metade do século XX, de uma identidade nordestina cuja característica principal é a masculinidade. O nordestino seria antes de tudo um “cabra macho”, destemido e

rude. Essa construção imagética da identidade nordestina seria, segundo o autor, uma forma das elites agrárias nortistas tentarem, pelo menos no campo do simbólico, manter o poder dentro do contexto de industrialização da região sudeste. Essa discussão é relevante para a nossa pesquisa, pois aponta as estratégias e as condições históricas que possibilitaram a construção de uma identidade nordestina baseada nos interesses de alguns grupos sociais (ALBUQUERQUE JR, 2007).

CAPÍTULO 1: A TERCEIRA MARGEM DO RIO DA HISTÓRIA

Em 2007, o historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior lançou o livro *História: a arte de inventar o passado*. O livro reúne vários textos escritos pelo autor ao longo de sua trajetória acadêmica. Na introdução do livro, intitulada *Da terceira margem eu so(u)rrio: sobre História e invenção*, o autor, fazendo uso de metáforas, discute a velha dicotomia entre real e ficção na escrita da História. Para burlar essa dicotomia, o referido historiador propõe um ponto de cruzamento. Um ponto de contato onde se entrelaça o real e a ficção, a realidade e a representação. Utilizamos esse texto como ponto de partida para discutir de qual forma os trabalhos de Roger Chartier, Durval Muniz Jr. e Michel de Certeau contribuíram para o desenvolvimento desta pesquisa.

A discussão teórico-historiográfica desenvolvida na segunda metade do século XX foi marcada por questões envolvendo o caráter ficcional da disciplina histórica. A Escrita da História se tornou, naquele momento, o centro dos embates epistemológicos. Segundo Certeau (1982), o próprio termo historiografia é paradoxal, visto que junta em si duas coisas distintas: o passado e a escrita sobre o passado. Alguns historiadores defenderam, por meio de artigos e livros, que, apesar do saber histórico não dar conta da totalidade, ou seja, não mostrar o passado tal como ele foi, ele pode se aproximar da verdade dos fatos se o historiador fizer as perguntas certas às fontes (GINZBURG, 2007).

Em outro extremo, alguns estudiosos, a exemplo de Hayden White, defenderam a ideia de que a produção historiográfica seria uma narrativa cujas regras de produção se aproximam bastante da escrita de textos literários. O texto produzido pelo historiador seria somente um artefato linguístico capaz de produzir uma ilusão de verdade. Dessa forma, a prática dos historiadores se fecharia apenas no campo do abstrato, da subjetividade e da interpretação pessoal (ALBUQUERQUE JR, 2007). Em meio a esses embates epistemológicos, alguns historiadores buscaram construir diálogos possíveis, isto é, pontos de conexão entre esses dois paradigmas. Durval Muniz Jr., por exemplo, propõe que a História seja encarada como um saber em que se entrelaçam o real e a representação, o vivido e o discurso, o real e a ficção. Comparando as duas visões dicotômicas citadas anteriormente às margens de um rio, o referido historiador propõe a *terceira margem*:

Não pensar que a História não se passa apenas no lugar da natureza, da em si, do evento, da matéria ou da realidade, nem se passa apenas do lado da representação, da cultura, da subjetividade, do sujeito, da idéia (sic) ou da narrativa, mas se passa entre elas, no ponto de encontro e na mediação entre elas, no lugar onde as divisões ainda são indiscerníveis, onde estes elementos e variáveis se misturam (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p.28, grifos nossos).

As reflexões de Albuquerque Jr. nos fazem perceber as relações complexas que envolvem a escrita da história. Suas ideias nos incitam a pensar a história enquanto um saber produzido a partir de relações materiais, institucionais, mas também imagéticas e subjetivas. Dessa forma, o antagonismo se converte em convergência: as duas margens do rio se tocam, por assim dizer.

O conceito de representação, desenvolvido por Roger Chartier, também foi umas das formas que os historiadores encontraram para se livrarem da dicotomia real/ficção. Na tentativa de contornar a dicotomia entre uma História social e uma História cultural, o historiador propõe uma “história cultural do social” (CHARTIER, 2002a, p.67). Nessa perspectiva, as representações construídas individual e coletivamente se relacionam diretamente com as práticas sociais dos indivíduos. Existe uma relação dialética: os lugares sociais dos indivíduos interferem na forma como estes vão representar ou construir a realidade e, em contrapartida, as representações também interferem na forma como os indivíduos se organizam em sociedade (CHARTIER, 2010).

As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio. Ocupar-se dos conflitos de classificações ou de delimitações não é, portanto, afastar-se do social – como julgou durante muito tempo uma história de vistas demasiado curtas –, muito pelo contrário, consiste em localizar os pontos de confronto tanto mais decisivos quanto menos imediatamente imateriais. (CHARTIER, 2002b p.17).

Ao construir as suas representações, os grupos sociais não apenas estão atribuindo sentido o real, mas também estabelecendo delimitações sociais. Apesar dos grupos tentarem impor essas imagens como universais, elas sempre são construídas a partir de um lugar. São representações, portanto, carregadas de desejos. Isso significa que as imagens produzidas pelos grupos não são entidades apartadas das relações sociais. Ao invés disso, elas “[...] produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custo de outros, por elas menosprezadas[...]” (CHARTIER, 2002a, p.17).

Aplicando o conceito de representação ao nosso objeto de pesquisa, percebemos que as imagens dos trabalhadores rurais presentes nas memórias do padre Luís G. de Oliveira eram frutos das condições privilegiadas do autor, ou seja, produtos do seu lugar social e institucional.

O padre Luís G. de Oliveira não foi o único a escrever sobre um passado glorioso. Na verdade, descrever e analisar o homem pobre da região hoje denominada Nordeste parece ter sido o grande desejo dos intelectuais do século XX descendentes das elites agrárias. A identidade “nordestina” foi construída por diferentes mãos e com diferentes materiais ao longo do século XX. Para entender os mecanismos que possibilitaram construção dessa e a maneira como esses elementos identitários estão presentes nos escritos do padre Luís G. de Oliveira, utilizamos as reflexões presentes no livro *Nordestino: a invenção do falo* de Durval Muniz de Albuquerque Júnior.

De acordo com Albuquerque Jr (2003), a identidade dita nordestina começou a ser gestada na primeira metade do século XX. O autor não pensa a identidade como um conjunto de características culturais imutáveis, naturais, mas como um produto discursivo. Esses discursos sempre acabam por tirar as singularidades, isto é, apagar as diferenças. Por exemplo, quando escrevemos a palavra “Nordeste”, estamos nos referindo a uma vasta área geográfica e a um espaço que abriga pessoas de diferentes culturas. Ao unificar essa multiplicidade sob o rótulo de nordestino, palavra que está agregada à vários estereótipos, esses discursos identitários operam como destruidores das diferenças e das especificidades. É fabricada, desse modo, uma identidade homogênea, repleta de lugares comuns (a imagem do beato, cangaceiro, retirante, cordelista, cantador, etc.). A literatura regionalista, produzida na década de 20 do século passado, foi uma das responsáveis por construir essas imagens dos homens e mulheres nordestinas:

Tendo sido construído no começo deste século, entre o final dos anos 1910 e começo dos anos 1920, junto com a região de quem é filho, habitante e sujeito, o nordestino é uma figura que atualiza várias imagens e se diz através de vários enunciados que antes definia o nortista, o sertanejo, o brejeiro, o praieiro, identidades com que, até então, se definiam os moradores deste espaço. É preciso, pois, estudar como se produziu historicamente esta figura que tem hoje extrema importância nos embates políticos e regionais no país. (ALBUQUERQUE JR, 2013, p. 18).

Ao estudar historicamente a emergência desses discursos identitários, Albuquerque Jr. (2013) percebeu que, em grande medida, esses discursos foram produtos das diversas mutações sociais que vinham acontecendo desde o golpe republicano de 1889. Em síntese, o autor defendeu a ideia de que a construção dessa identidade nordestina foi uma tentativa de

contragolpe das antigas oligarquias rurais nortistas que se sentiam ameaçadas diante do novo cenário pós-proclamação da República. Aos olhos dessas elites agrárias, a república e a modernidade eram percebidas como uma fábrica de subjetividades afeminadas e impotentes: antíteses do homem nordestino que seria viril e rústico. (ALBUQUERQUE JR, 2013).

CAPÍTULO 2: A TRAJETÓRIA DO PADRE LUÍS GONZAGA DE OLIVEIRA

Luís Gonzaga de Oliveira nasceu no engenho Lameiro, localizado no município de Serra da Raiz – PB. O passado da referida cidade está intimamente ligado aos acontecimentos que culminaram na criação da Capitania Real da Paraíba. Isso porque a cidade faz parte do território da antiga Serra da Copaoba que “[...] estendia-se como uma muralha entre homens brancos e os índios, garantindo a estes últimos o refúgio necessário nos tempos de guerra [...]” (GONÇALVES, 2007, p.105). No final do século XVI, inúmeros indígenas da nação potiguara deixaram a Serra da Copaoba com a finalidade de resgatar a filha do cacique Iniguaçu, como podemos constatar a partir do relato de Frei Vicente Salvador:

E foi que, entre outros mamalucos que andavam pelas aldeias suas resgatando peças cativas e outras cousas, e debaixo disto roubando-os com violência e enganos, houve um natural de Pernambuco, o qual, posto que era filho de um homem honrado, tirou mais a rale da mãe que do pai. Este, indo a uma aldeia da Copaoba com seus resgates, se agasalhou em um rancho de um principal grande chamado Iniguaçu, que quer dizer “rede grande”, e se namorou de uma filha sua, moça de quinze anos, dizendo que queria casar ou amancebar-se com ela para ficar entre eles e não vir mais para os brancos, no que ela consentiu e o pai também, entendendo que cumpriria o noivo a condição prometida. Porém, indo a uma caça que durou alguns dias, quando tornou não achou o genro nem a filha, porque se haviam ido para Pernambuco. Sentiu-o muito e mandou logo dois filhos seus em busca da irmã, os quais, porque o mamaluco lha não quis dar, se foram queixar a Antônio Salema, que estava por correição em Pernambuco, posto que já de partida para a Bahia, e ele mandou logo notificar o pai do querelado que trouxesse a moça, como trouxe, e a entregou aos irmãos, passando-lhes uma provisão para que ninguém lhes impedisse o caminho ou lhes fizesse algum agravo, antes lhes dessem os brancos por onde passassem todo o favor e ajuda para o seguirem, avisando-os que não consentissem mamalucos em suas aldeias. E assim o avisou ao capitão-mor da ilha Afonso Rodrigues Bacelar que não consentisse em ir ao sertão semelhante gente. (SALVADOR, 2010, p. 236).

Após o fracasso da tentativa de resgatar a sua filha de forma pacífica, Iniguaçu atacou o engenho de Tracunhaém - local onde sua filha estava sendo mantida presa. O ataque resultou na morte da maioria dos moradores do referido engenho. De acordo com a histografia paraibana, esse acontecimento influenciou na decisão da coroa portuguesa de criar a Capitania Real da Paraíba. Nas décadas seguintes, as terras da Copaoba se transformaram num imenso cemitério indígena. Isso porque as aldeias potiguaras foram destruídas durante o processo de interiorização da

colonização lusa. Posteriormente, as terras do Copaoba foram doadas como sesmarias, fato que teve como consequência o surgimento de povoados, vilas e, posteriormente, cidades.

Se, no século XVI, os conflitos envolviam europeus e indígenas, no século XX, a Serra da Raiz foi palco de intensos entraves políticos envolvendo as oligarquias políticas da região. Costa (1990, p.14), referindo-se aos conflitos entre as oligarquias de Serra da Raiz e Caiçara no final do século XIX, escreveu as seguintes palavras: “Estas disputas, quase sempre, têm sido nota típica no relacionamento entre localidades que lutam pela hegemonia político-administrativa e interesses econômicos [...]”. Essas oligarquias conseguiram aumentar o seu poder durante o século XIX por meio de pequenas indústrias de algodão e também dos engenhos de cana-de-açúcar. No início do século XX, ainda existia, em Serra da Raiz, um número significativo de engenhos, número esse que foi gradativamente diminuindo devido à conjuntura econômica nacional:

Na segunda metade do século XIX operava-se uma mudança na correlação de forças sociais e políticas, significando um novo arranjo na geografia de poder nacional entre as elites, os grupos subalternos e o estado imperial, processo esse caracterizado por transformações de natureza econômica, política e ideológica, com nítidas e substanciais variações regionais. De um lado, as elites proprietárias do Norte, que viviam as dificuldades advindas do que se convencionou chamar de “crise da grande lavoura”, quadro esse agravado devido à queda no preço do açúcar e do algodão no mercado internacional. [...] (LIMA, 2001, p. 19).

Essas mudanças econômicas fizeram com que as elites nortistas desenvolvessem novos métodos. As alianças entre a esfera nacional, estadual e as oligarquias locais aplacavam um pouco o rancor dessas elites dentro da nova conjuntura. Nesse período, para obter relevância política, as oligarquias utilizavam diferentes meios, desde a manipulação dos resultados das urnas até a perseguição daqueles que se negassem a dar apoio a esses grupos.

Foi nesse contexto político e social do início do século XX que nasceu Luís G. de Oliveira. Aos doze anos de idade, os pais do padre Luís, Bellarmino Augusto de Oliveira e Maria Emília de Castro, matricularam o jovem Luís no Seminário Diocesano da Paraíba, localizado na capital do estado. Em 1938, Luís G. de Oliveira foi ordenado sacerdote. A partir daí a sua vida foi multifacetada. Foi professor no colégio Pio X e no Seminário Nossa Senhora da Conceição. Em 1950, foi eleito membro da Academia Paraibana de Letras (APL). Além disso, foi jornalista, atuando como colunista e diretor-geral do jornal *A imprensa*. O referido jornal foi fundado no ano de 1897 por Dom Adauto Aurélio de Miranda Henriques. O *A Imprensa*, segundo Araújo (1983), ocupou um lugar de destaque no cenário jornalístico

paraibano. De acordo com a autora, em 1952, o padre Luís chegou à direção do periódico devido a um conflito entre José Américo de Almeida e o até então diretor do jornal, Odilon Pedrosa.

No governo José Américo, por volta de 52, houve novo incidente censório com A Imprensa. De acordo com o entrevistado, foi este o motivo que levou o arcebispo Dom Moises substituir monsenhor Odilon Pedrosa pelo padre Luiz Gonzaga de oliveira, à frente da diretoria geral do periódico, permanecendo este religioso até 1965. (ARAÚJO, 1983, p.75-76).

Essa nova posição ocupada pelo padre Luís potencializou a divulgação de seus textos jornalísticos e literários. A forma como o sacerdote alçou ao posto de diretor-geral do periódico católico nos possibilita entender de que modo o padre Luís se beneficiou de suas relações com as elites políticas, religiosas e intelectuais do estado. Essa ascensão profissional, sem dúvidas, repercutiu na trajetória literária do sacerdote. Não por acaso, as décadas de 50 e 60 do século XX podem ser consideradas o período mais fértil de sua vida literária. Basta lembrar que foi nessa época que ele publicou os livros *Quadros de minha Infância* (1958) e *Tragédia do major* (1962).

Além de escritor e jornalista, o padre Luís também foi um “próspero fazendeiro”. De acordo com o historiador José Augusto de Oliveira, o sacerdote se beneficiou de uma propriedade de terra que recebeu por arrendamento da diocese paraibana. De modo geral, essas terras foram utilizadas para produzir agave e para a criação de gado. Os rendimentos oriundos da produção de agave e das atividades pecuárias possibilitaram não só aumento do patrimônio do sacerdote, mas também o ajudou a se projetar em Serra da Raiz-PB como uma grande liderança política. Para entender essa ascensão econômica do padre Luís, é preciso levar em consideração o contexto propício à agavicultura entre o final dos anos 30 e início da década de 40 do século passado.

Em 1939, o agave começou a ser comercializado no estado da Paraíba. Essa cultura agrícola emergiu dentro contexto de modernização agrícola proposta pelo então interventor Argemiro de Figueiredo. A agavicultura foi anunciada como a solução para economia da Paraíba. A máquina estatal se esforçou significativamente para divulgar a planta como uma espécie de redentora da economia paraibana. Porém, a historiografia paraibana já apontou para o fato de que a produção do agave em larga escala beneficiou majoritariamente os médios e grandes proprietários (LIRA, 2014).

É provável que o agave tenha começado a ser era cultivado no território de Serra da Raiz em 1940 No livro *Serra da Raiz* (1955), encontramos um trecho elucidativo sobre a presença do agave no município citado:

Tem grande parte do seu vasto território ocupado com a plantação de agave – produto que rende para o município em 1952, a importância total de Cr\$ 12.342.000,00. O seu fecundo território abastece o município de culturas temporárias e permanentes – as quais renderam, em 1952, a vultosa quantia de Cr\$ 33.342.000,00. (MADRUGA, 1955, p. 107).

Além dos dados citados, ainda encontramos informações sobre a produção de agave, em Serra da Raiz-PB, num folheto de cordel intitulado *A queda do agave e o choro dos agavistas* escrito por Antônio Teixeira Filho. Nesse cordel, o autor apresenta uma visão negativa da planta do agave:

[...]
 Me Disse um paraibano
 Lá de **Serra da Raiz**
 Que todos os proprietários
 Tristemente se maldiz
 Cada qual que se aperreia
 Por que a terra está cheia
 Desta **planta infeliz**

Agora é que vai ver
 Se agave tem valor
 Se dinheiro de agave
 Enrica o plantador
 Quem tem muito vai chorar
 Por não ver ele voltar
 A seu preço anterior.
 (FILHO, S/D, p.1, grifos nossos).

Ao longo do cordel, o autor destaca a ação maléfica do agave em terras paraibanas. O “plantio do cão” seria, na perspectiva do cordelista, responsável por destruir a agricultura de subsistência. Com a crise dos preços do agave, todos aqueles que se deixaram enganar pelos falsos benefícios dessa cultura agrícola iriam empobrecer. Essa visão negativa do agave foi bastante divulgada pelos cordelistas. Esses poetas, por vezes, eram filhos de agricultores e, conseqüentemente, compartilhavam de valores e elementos culturais dos trabalhadores rurais. Na perspectiva desses poetas, o agave seria uma planta amaldiçoada que teria ocupado espaços antes destinados à agricultura de subsistência, provocando, assim, o aumento dos preços, a fome e diversos outros problemas sociais.

Essa resistência ao agave, por parte dos trabalhadores e também dos cordelistas, pode ser compreendida à luz da historiografia que estuda o agave na Paraíba. Segundo LIRA (2014), a produção do agave, na Paraíba, trouxe mudanças significativas nas relações de trabalho no campo. Isso porque a introdução da planta veio acompanhada de um discurso técnico-científico

que defendia a racionalização e mecanização do trabalho agrícola como forma de potencializar os lucros. Com esse trabalho mecanizado, “[...] muito dos valores culturais daqueles homens foram se despregando em função dos novos valores impostos pelo avanço do capitalismo [...]” (NUNES, 2007, p. 196). Como forma de resistência, muitos trabalhadores ressignificaram o agave, associando-o ao capá verde, bem como desenvolveram uma “cultura da esperteza”, termo utilizado por Nunes (2007) para descrever um conjunto de táticas e astúcias utilizadas pelos trabalhadores a fim de burlar a disciplina imposta pela nova lógica de trabalho.

É nesse contexto de tensão e contradições no campo paraibano que o padre Luís G. de Oliveira está inserido. Com os ventos favoráveis para a produção do agave, posse de grande latifúndio e amizades no meio intelectual e político paraibano, o sacerdote conseguiu as condições necessárias para se destacar no cenário político de Serra da Raiz-PB. Havia, parafraseando o poeta Carlos Drummond de Andrade, apenas uma pedra no meio do caminho: a falta de independência política de Serra da Raiz-PB.

Apesar de uma série de discursos mistificadores colocarem tons áureos e heroicos à campanha pela emancipação política de Serra da Raiz, o acontecimento foi, sem dúvidas, resultado de uma longa disputa pelo poder. Na década de 50, os ânimos políticos, tanto da elite política de Serra da Raiz-PB como a de Caiçara-PB, ficaram exaltados. As disputas e trocas de ofensas invadiram as páginas dos jornais paraibanos.

Nos discursos dos intelectuais de Serra da Raiz, a vila era demasiadamente explorada por Caiçara e não era assistida em suas necessidades básicas. Já os representantes de Caiçara argumentavam que o distrito de Serra da Raiz não tinha condições de se emancipar. Os argumentos utilizados eram que o distrito não tinha feira, era muito pobre e “não tinha vida própria” (MADRUGA, 1955).

Pode-se destacar duas figuras importantes na campanha em prol da emancipação política de Serra da Raiz: Luís Gonzaga de Oliveira e Manoel Madruga. O último, em 1955, escreveu o livro *Serra da Raiz*. Em linhas gerais, a obra foi escrita com a finalidade de rebater os argumentos do deputado caiçarense Severino Ismael. A atuação do padre Luís, por sua vez, se deu por meio de entrevistas, conferências e, também, por meio dos vínculos de amizade com membros da elite política do estado.

Em 1959, Pedro Moreno Gondim assinou o documento que decretou a emancipação política de Serra da Raiz-PB. No editorial do jornal diário de Pernambuco foi publicado a seguinte notícia:

Serra da Raiz Município – Com um programa de solenidade da mais alta significação, tornou-se município, o antigo distrito de Serra da Raiz, desmembrado de caiçara. Presidiu a mesa dos trabalhos, representando o governador do Estado, o secretario Octavio Costa, do interior e segurança pública. Os trabalhos de instalação iniciados às 16 horas, terminaram às 18 horas, usando das palavras vários oradores. Por último, encerrando a solenidade após ter dado posse ao prefeito Sr. Odolfo Guedes, usou da palavra o senhor Octavio Costa. (Diário de Pernambuco, 23 de jan. de 1959, n.19- ano 134, grifo do autor).

A emancipação foi comemorada com pompas: presença de lideranças políticas paraibanas, discursos fervorosos e grande divulgação midiática. Um pouco mais silenciosa se deu a manutenção do poder nas mãos do grupo político que havia lutado pela emancipação.

É importante dizer que a década de 50, na Paraíba, foi marcada por grandes alterações no mapa do estado. Durante o governo de Pedro Gondim, surgiram 84 municípios. Dessa forma, Gondim ganhou amplo apoio das elites locais (BEZERRA, 2016). Assim, pode-se dizer que a emancipação desses municípios foi resultado de uma convergência de interesses:

Concomitantemente a esses conteúdos, há de se frisar que a compartimentação municipal atendia a interesses políticos de ordem prática, à medida que os líderes voltaram sua atenção para a ocupação de novos postos de comando, oriundos da máquina governamental que viria a ser formada. Basta atentar para o fato de que as assinaturas de Nestor de Andrade Lima e Oscar Torreão encabeçavam o abaixo-assinado inicialmente transcrito. (BEZERRA, 2016, p. 125).

Podemos pensar a criação de novos municípios na década de 50 como uma estratégia tanto da esfera estadual como municipal. Os novos municípios, incluindo Serra da Raiz-PB, inauguravam novos postos de poder. Postos esses que podiam ser ocupados pelas elites políticas locais. Isso fica bastante visível quando analisamos atuação do padre Luís após a emancipação de Serra da Raiz.

2.1 O saudosismo do padre Luís G. de Oliveira

Um elemento específico foi fundamental para que Luís G. de Oliveira despertasse um olhar saudoso com relação ao seu passado no Lameiro: o contato com aquilo que Freire (2014) chamou de *literatura de engenho*. Trata-se de uma série de discursos, oriundos de diversas áreas do saber, que, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, constituíram certa maneira de ver e dizer o engenho. Influenciado, em grande medida, por Michel Foucault e Durval Muniz, Freire demonstrou que, longe de ser uma espacialidade natural, *o engenho é*

uma categoria historicamente constituída: seus sentidos e significados foram produtos de diversos discursos que tiveram como ponto inicial o livro *Minha formação* (1900) escrito por Joaquim Nabuco.⁶

A partir daí, o engenho se tornou cada vez menos um lócus de produção de aguardente cujo significado se fechava no campo econômico: ele se tornou um símbolo de certo tipo de sociabilidade, marca de uma cultura, de uma região. Mais do que isso, ele se tornou um traço constituinte de um tipo de identidade que supostamente estava sendo destruída pela modernidade. Assim, o engenho se transformou numa realidade que precisava ser constantemente revisitada, lembrada e resgatada pela escrita e pela memória. E foi com esse “desejo de resgate” que Joaquim Nabuco, José Américo de Almeida, José Lins do Rego, entre outros, atribuíram ao engenho determinados significados, tais como:

Espaço de proporções territoriais consideráveis, marcado por uma natureza exuberantemente verde, na qual seus habitantes, a despeito das diferenças hierárquicas viveriam na mais perfeita e sincera harmonia, semelhante aos primeiros tempos da humanidade no jardim do Éden. Espaço refúgio de uma tradição, capaz de oferecer aos seus egressos uma vida autêntica, tranquila, na contramão do estilo de vida artificial e agitado das cidades. Espaço governando por um senhor dito patriarcal, cuja autoridade e poder somente o tempo e a morte poderiam ser capazes de abalar. Espaço com pretensões imortais, sempre lembrado e resgatado pela memória. Espaço da infância rural, da meninice agrária, dito e visto com saudade. Espaço do passado, símbolo de uma classe social aristocrática que outrora exibiu sua grandeza em uma casa grande elevada acima de tudo e de todos. (FREIRE, 2014, p. 16).

Ao mesmo tempo em que esses discursos solidificavam a noção de engenho como uma espécie de indústria anti-moderna, acabaram por gerar também um objeto que se tornaria recorrente na literatura regionalista: “o menino de engenho”. Embora o epíteto viesse se tornar famoso ao estampar a capa do primeiro romance de José Lins do Rego, publicado em 1932, os seus significados, tal como aconteceu com o engenho, estavam sendo gestados desde o início do século XX.

A infância de um indivíduo que cresceu em um engenho se tornou, nesses discursos, uma marca de diferenciação: quer dizer, passou a carregar atributos que a distinguia da experiência infantil daqueles que cresceram nos centros urbanos. Crescer próximo à bagaceira do engenho se tornou, nesse sentido, sinônimo de uma vida marcada pela liberdade, pela relação

⁶ Trata-se, especificamente, do capítulo 20 do livro *Minha formação*, intitulado *Massangana*. Nele, Joaquim Nabuco relembrou a sua infância em um engenho pernambucano. Ver: NABUCO, Joaquim. **Minha formação**. São Paulo: Editora três, 1974.

por vezes libidinosa com a natureza, pelo espírito aventureiro e pela aversão à disciplina escolar. Pode-se dizer que os significados construídos em torno da experiência infantil de um menino de engenho se tornaram as “lentes” a partir dos quais o padre Luís leu e interpretou as próprias experiências no engenho do seu pai.

O contato com a *literatura de engenho* certamente potencializou, em Luís G. de Oliveira, a sensação de afastamento daquilo que um dia ele foi ou, pelo menos, daquilo que ele acreditava ter sido. Ora, à medida que se maravilhava com os romances de José Lins do Rego, ele se dava conta que o seu passado estava pouco a pouco desaparecendo. Bellarmino, seu pai, morreu pouco tempo depois de ver o seu filho caçula se ordenar padre. O Lameiro, por sua vez, repousava “[...] com o seu aspecto de catacumba [...]” (OLIVEIRA, 1958, p. 184). Morria a terra, pereciam os homens: os velhos e as velhas com os quais havia convivido no engenho também estavam morrendo.

Desse modo, a descoberta, ou melhor, a produção de sua identidade enquanto “menino de engenho” veio junto à consciência de que os homens, as mulheres e os espaços que davam suporte a essa identidade estavam desaparecendo. Foi em meio a esse processo que, provavelmente, o padre Luís descobriu na escrita memorialística uma forma de se reconectar ao seu passado. Mais do que isso, ele encontrou, na escrita, uma forma de reinventar o seu passado, atribuindo a ele determinados significados. No final da década de 1940, Luís G. de Oliveira começou a escrever para o jornal *A Imprensa* e foi entre as páginas desse periódico, que ele, por meio de seus textos, fabricou-se definitivamente como um sujeito saudosista.

Esse desejo de encontrar um passado perdido esteve bastante presente nos escritos de diversos intelectuais brasileiros que, entre o final do século XIX e início do XX, viveram seus primeiros anos no ambiente rural e depois tiveram que migrar para os centros urbanos a fim de concluir os estudos e, conseqüentemente, exercer as profissões que escolheram.⁷ Certamente, não existe um único motivo para esse “surto” de saudade que acompanhou as primeiras décadas do século passado.

Uma das explicações se ampara na ideia de que as transformações sociais e culturais ocorridas no decorrer do século XX ocasionaram, em alguns indivíduos, a sensação de perda de suas identidades, fazendo com que recorressem à escrita memorialística. Nessa perspectiva,

⁷ De maneiras diferentes, intelectuais como Gilberto Freyre, José Lins do Rego, José Américo de Almeida, só para citar alguns, buscaram, de alguma forma, resgatar as suas experiências infantis, quase sempre ambientadas em espaços rurais, e incorporá-las nas suas produções sociológicas, no caso do primeiro, e literárias no caso dos dois últimos. Sobre a saudade nos escritos de Gilberto Freyre, ver: ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. *As sombras do tempo: a saudade como maneira de viver e pensar o tempo e a história*. In. ERTZOGUE, Mariana Haizenreder; PARENTE, Temis Gomes (ORG.) **História e sensibilidade**. Brasília: Paralelo 15, 2006.

é válido lembrar que, como bem demonstrou Candau (2018), a memória humana é um dos principais mecanismos responsáveis por gerar a sensação de continuidade de uma personalidade ao longo do tempo. Sendo assim, não é difícil imaginar o porquê de, sob a ameaça de ver submergir aquilo que julgavam parte de suas identidades, os indivíduos procurarem, desesperadamente, ancorar-se em escritas memorialísticas. Em síntese, a busca pelo passado seria, nesse sentido, consequência direta de uma crise identitária.

Outra explicação para o fenômeno citado anteriormente – inclusive, julgamos ser essa a mais satisfatória - foi dada por Albuquerque Jr. (2006). Para esse, os discursos saudosistas emergem, quase sempre, em momentos históricos marcados pela rápida mudança nas estruturas sociais. Mudanças essas que acabam destruindo “os lugares e as hierarquias sociais já estabelecidos.”. Desse modo, o saudosismo não seria só produto de uma crise identitária, mas também uma resposta de grupos sociais que sentiam seus privilégios serem ameaçados pelas transformações em curso.

As primeiras décadas do século XX, no Brasil, foram marcadas por justamente por essas mudanças: nesse período, acelerou-se significativamente o processo de urbanização e modernização, reconfigurando, assim, o perfil social e cultural das cidades brasileiras. Além disso, diversos grupos sociais despontaram no horizonte brasileiro, reivindicando direitos e ocupando lugares até então inacessíveis. Os movimentos sociais, por sua vez, fizeram tremer os alicerces da antiga ordem: pretos, mulheres, operários e agricultores, pela primeira vez, organizaram-se de maneira mais efetiva a fim de reivindicar seus direitos. E, no turbilhão dessas mudanças, ainda podemos incluir as mutações nos costumes, nos papéis de gênero e nas formas de sociabilidades.⁸

⁸ Sobre as transformações culturais e sociais citadas ao longo desse parágrafo, ver: CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2012. SEVCENKO, Nicolau. **A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio**. In. _____. Org. História da vida privada no Brasil 3: República: da belle époque à era do rádio. São Paulo: Companhia das letras, 1998. ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **Nordestino: uma invenção do falo**; uma História do gênero masculino (Nordeste – 1920/1940). São Paul. o: Intermeios, 2013.

CAPÍTULO 3:

ESPÍRITOS RASOS E CORAGEM DE UM BURRO DE ENGENHO

Neste capítulo, iremos analisar as representações do “povo” nos textos do padre Luís Gonzaga de Oliveira. Mais especificamente pretendemos analisar duas imagens que são constantes nesses textos: o homem predestinado ao trabalho braçal e o homem ingênuo. Também iremos demonstrar de que modo o sacerdote construiu, por meio de suas memórias, uma imagem idealizada do senhor de engenho.

3.1 Trabalhadores por convicção

O senhor de engenho não gostava de ociosidade. Ele exigia disposição para o trabalho: “e esta exigência ele a fazia até com os meninos. Falava para os moradores para que mandassem os filhos para o eito. Era preciso acostumá-los desde cedo a serem trabalhadores” (OLIVEIRA, 2017, p. 89). Desde cedo, era imposto aos meninos o imperativo do trabalho agrícola. O padre Luís relembrou, em suas memórias, a criação de um “eito de meninos”. Era a oportunidade ideal para os meninos entrarem no “exército de trabalhadores no campo”. Os meninos trabalhavam com gosto, sem reclamar. Era um símbolo de honra. Costumavam até trabalhar cantando e se divertindo. Mesmo recebendo uma “quinharia” pelo trabalho, ficavam felizes. Todos tinham um sonho de grandeza: serem auxiliares de carreiro. Esse era o sonho desses “[...] pobrezinhos simples que não conheciam outra aspiração grandiosa [...]. Ser auxiliar de carreiro era o último termo de glória humana a que podia chegar um filho de trabalhador alugado” (OLIVEIRA, 2017, p. 90).

Trabalhando desde crianças, os homens cresciam acostumados com a labuta diária. De acordo com o padre Luís, não era um trabalho forçado e penoso, mas um exercício prazeroso, sempre realizado com bom humor. Citemos como exemplo o Mestre Antônio - indivíduo que aparece nas memórias do padre Luís. Ele trabalhava incansavelmente para não dar motivos para o senhor de engenho reclamar. Tudo era feito com maestria. Ele passava a maior parte do dia no seu ambiente de trabalho, inclusive almoçava no serviço para não perder tempo em casa. Tudo isso para não faltar com as suas responsabilidades. Nunca era visto trabalhando aborrecido. Era um exemplo de trabalhador e, por esse motivo, contava com a plena confiança do patrão. A sua calma só era perdida quando se deparava com a sua mulher bêbada. Esse

incômodo, de acordo com o padre Luís, se dava porque o Mestre Antônio, além de trabalhador, era também “[...] um espírito religioso temente a Deus [...]era mesmo para admirar aquela simplicidade e dedicação da alma, que não podiam deixar de ser movidas pela influência de Deus” (OLIVEIRA, 2017, 42).

Na perspectiva do padre Luís G. de Oliveira, não faltava disposição para o trabalho entre os trabalhadores do engenho do seu pai. Havia sempre a mesma força de vontade, independentemente das condições climáticas. Eles acordavam sempre cedo a fim de exercer as suas funções no campo. Nem mesmo as chuvas das manhãs geladas de Serra da Raiz eram capazes de diminuir a vontade de trabalhar. Apesar das dificuldades, “não se davam por vencidos”. Trabalhavam animados pelo prazer de ver as terras cultivadas. Logo cedo, adiantavam os passos para não perderem tempo: “[...] era preciso aproveitar cada minuto na sagrada dedicação para o trabalho” (OLIVEIRA, 1958, p. 20).

Os trabalhadores chegavam de enxada às costas, meio encolhidos pelo frio, mas sem quererem dar-se por vencidos. Perguntavam onde era o serviço, e saíam conversando alto, a demonstrar entusiasmo por um dever tão rústico. Não estavam ligando as inconveniências do tempo chuvoso. Parecia que tinham satisfação em ver o canavial bem tratado, deitando-se alimentado pelo suco da terra feracíssima do Lameiro. (OLIVEIRA, 1958, p.21).

A disposição para trabalho era um fator de diferenciação entre os moradores do engenho. O velho Basílio admirava os trabalhadores incansáveis: “por ele não havia nem férias”. Todos queriam mostrar serviço ao patrão. Era o caso de Antônio Estevão. De acordo com o padre Luís, o referido trabalhador “Chegava acompanhado de um cachorro rajado, que ele dizia ser muito bom de caça. Lá pelo campo ele trabalhava o dia inteiro, com a camisa amarrada na cintura, entregando o lombo para os raios ardentes do sol” (OLIVEIRA, 2017, p. 79).

Entre as figuras do engenho que aparecem nas narrativas memorialísticas do padre Luís, destaca-se a “velha Luísa”. Mulher que, embora tenha sido escravizada durante boa parte de sua vida, posicionou-se contra a lei áurea. Ela, de acordo com padre Luís, apegou-se demasiadamente à vida servil de modo que não conseguiu se desvincular daquele modo de vida. Guardava boas memórias do período da escravidão. A velha Luísa ainda estava “sugestionada com o clima da senzala”. Gostava tanto do patrão que, mesmo após a morte dele, continuava o respeitando como “seu senhor”. Perto dele, ela se sentia amparada e protegida:

A Abolição lhes chegou como um castigo do céu. Não compreendia a delícia da liberdade. Enquanto os escravos corriam para as ruas de Serra da Raiz, ao som de um bombo ensurdecador, para comemorar a emancipação, ela chorava

na cozinha da casa-grande, num desengano de louca. Só lhe vinha à mente a idéia (sic) de desamparo, por ter perdido o “senhor”. Ainda está bem lembrada de quando o negro Agostinho chegou ao Lameiro, acompanhando numa viola as árias da libertação. Mas toda aquela alegria era somente para agravar a angústia que a torturava. (OLIVEIRA, 2017, p. 114).

A velha Luísa acreditava que os negros que abandonaram “seus senhores” eram ingratos. Não reconheciam os favores feitos pelo “senhor” durante os tempos difíceis. Todos deram as costas. Alguns que agiram assim não tiveram sorte pelo resto de seus dias. Interessante notar que, dentre tantas possibilidades de abordar o tema da escravidão, o padre Luís optou por escrever a respeito de uma mulher que via com bons olhos o período escravocrata. O sacerdote, filho de senhor de engenho, relembrou, por meio de seus escritos, uma série de indivíduos conformados com as estruturas sociais vigentes. Evidentemente, essa escolha não foi inocente. Ela revela muito do posicionamento político do sacerdote.

Só havia um momento capaz de interromper inexoravelmente o trabalho: a doença e, conseqüentemente, a morte. A doença forçava os homens a se afastarem do trabalho. Isso, de acordo com o padre Luís, causava um grande desconforto. Os trabalhadores não aceitavam a ideia de que era preciso abdicar de seus deveres. Muitas vezes olhavam melancolicamente para o engenho, como se estivessem se despedindo do solo que os havia sustentado. Somente a morte era o aval aceito por todos para se libertarem do trabalho. Diante da morte, cabia ao homem se conformar com o destino e entregar sua alma a Deus.

O padre Luís G. de Oliveira construiu, por meio de suas narrativas memorialísticas, a imagem de trabalhadores subservientes e conformados com os seus destinos. O trabalho adquiriu uma tonalidade lírica. Os indivíduos trabalhavam cantando. Em momento algum, nos textos analisados, os trabalhadores reclamam das dificuldades do trabalho ou do “salário”: todos reconheciam o senso de justiça do patrão. Os textos do padre mostram um trabalho naturalizado, quase involuntário, desempenhado pelos trabalhadores que tinham “coragem semelhante aos burros dos engenhos” (OLIVEIRA, 2017, p. 90) – metáfora que diz muito sobre a visão que o padre Luís G. de Oliveira tinha dos trabalhadores.

Ao fabricar uma representação dos trabalhadores marcada pela passividade, ingenuidade e irracionalidade, o sacerdote também construiu uma imagem de si. Ele era o “homem das letras”: aquele que se dedicava à preservação da cultura do “povo simples”. Joel Candau, em seu livro *Memória e identidade* (2014), analisou a relação entre o fenômeno mnemônico e a construção das identidades individuais e coletivas. Para o autor, a memória oferece os mecanismos necessários para a elaboração de uma identidade ao passo que essa última interfere na construção da memória. Isso porque o sentimento de pertencimento a um

grupo influi na forma como organizamos nosso passado, fazendo com que selecionemos determinadas lembranças ao invés de outras. De acordo com Candau (2014, p.19), “[...] não há busca identitária sem memória e, inversamente, a busca memorial é sempre acompanhada de um sentimento de identidade, pelo menos individualmente”.

Essa relação entre identidade e memória está presente – e isso nos interessa de maneira particular – nas narrativas autobiográficas. No livro já citado, Candau fez o seguinte questionamento: “como dar sentido aos acontecimentos de uma vida, a uma série de ações desarticuladas, fragmentadas, à descontinuidade do real [...]?” A pergunta parte do pressuposto de que não existe um sentido ou uma coerência no conjunto de ações e fatos de uma vida. O próprio termo “conjunto” pode ser uma casca de banana, visto que supõe uma série de elementos articulados *a priori*. Com relação à pergunta, o autor, inspirado em Benedict Anderson, oferece a seguinte resposta: é preciso contar uma história, isto é, elaborar uma narrativa. Esse *contar*, espécie de *Fiat lux* que ordena os diversos acontecimentos de uma vida, não é uma ação puramente racional: é também, em grande medida, influenciado pelos afetos experimentados pelo sujeito no momento em que se propõe a construir uma imagem de si. Portanto, é possível pensar as sensibilidades de um indivíduo a partir de suas memórias.

Nas narrativas memorialísticas do padre Luís, é possível identificar as estratégias de ordenamento do passado e também os sentimentos que impulsionaram a escrita dos textos. No início do livro *Quadros de minha infância* (1958), o autor escreveu as seguintes palavras: “O Lameiro – cenário dos dias felizes de minha infância, dos quatro aos oito anos, que nunca mais verei”. Como é possível perceber, o engenho Lameiro é anunciado como um espaço ausente, isto é, como um lugar materialmente impossível de ser alcançado. “Tudo são realidades de um sonho distante, que não voltarão mais!”. Essas palavras abrem uma série de enunciados que desaguam na consciência da diferença entre o engenho construído ao longo da narrativa (belo, harmonioso e vivo) e o engenho real “com o seu aspecto de catacumba e as harpias pousadas no bueiro”. Esse engenho de aspecto sepulcral não condiz com o engenho evocado pelo autor: “Não é este o Lameiro descrito nessas páginas de saudade” (OLIVEIRA, 1958, p.211). Nota-se que, para o sacerdote, a escrita memorialística representou um antídoto contra a saudade que sentia de sua infância.

3.2 Gentes simples

“Não se via progresso no espírito religioso dos trabalhadores” (OLIVEIRA, 2017, p. 94). Na perspectiva do padre Luís, os indivíduos do engenho não eram apenas, em sua grande

maioria, trabalhadores incansáveis. Eles foram descritos também como sendo pessoas supersticiosas. Por esse motivo, segundo o sacerdote, eles não conseguiam cumprir, de forma satisfatória, os ensinamentos da igreja católica. Eram como crianças. Podemos perceber, nos textos analisados, a presença quase onipresente do velho Basílio, senhor do engenho, sempre de prontidão para impedir que as pessoas se desviassem do caminho de Deus. Dessa forma, o padre Luís construiu a imagem de pessoas que precisavam da tutela dos senhores de engenho e dos membros do clero.

Nos textos analisados, percebemos o esforço do autor para construir uma diferenciação entre o dogma institucionalizado da Igreja católica e as práticas religiosas dos trabalhadores. O povo tinha uma lógica própria de praticar religião. Era, nas palavras do sacerdote, a “religião do povo”. Os moradores do engenho não conseguiam manter a “obediência às determinações da igreja”. Os trabalhadores preferiam fazer outras coisas: caçar ou visitar algum parente. Na perspectiva do padre Luís, o sentimento religioso dos trabalhadores se misturava à superstição:

A par dos sentimentos religiosos, havia muita superstição no povo do engenho, e nos matutos que a gente conhecia. Acreditavam em forças ocultas, que regulavam os passos da vida do indivíduo, contra as quais cada um devia andar prevenido. Ninguém escapava a umas tantas influências, nem devia expor-se as circunstâncias reconhecidas como provocadoras de malefícios. A experiência era a mestra da vida, que devia trazer as pessoas de sobreaviso para não caírem no mal que estava preparado. (OLIVEIRA, 2017, p.91).

Esses homens e mulheres desenhados pela escrita do padre Luís acreditavam na má sorte daqueles que não realizavam determinadas práticas. Além disso, tinham medo de se depararem com algum “mau assombro”. Eram pessoas que não conseguiam uma “vida modificada por uma fé mais coerente” e não queriam imitar os sacrifícios dos santos. Em contrapartida, essas pessoas mantinham práticas religiosas “extravagantes”. Peregrinavam, por exemplos, longas distâncias na tentativa de obter favores dos santos.

Evidentemente, o padre Luís não foi o único a associar a devoção pelo santos populares ao fanatismo religioso e à superstição. Diversas matérias de jornais publicadas na segunda metade do século XX faziam essas associações. Segundo essas matérias, o padre Cícero teria se aproveitado da ingenuidade das pessoas para obter prestígio e poder político. Podemos ver claramente isso no título de uma matéria do jornal *A tarde*: “Padre Cícero: Extrato do fanatismo sertanejo”. Num trecho da matéria, o autor escreveu as seguintes palavras: “O padre Cícero incorporou-se ao folclore do nordeste, não tanto pelo que fez, mas pela imaginação escaldante

das populações humildes que viam nele santo, o enviado dos céus” (A tarde, 05 set. 1964). A mensagem é clara: a fé no padre Cícero era umas particularidades das pessoas pobres.

Para o padre Luís, além de supersticiosos, os trabalhadores do engenho eram medrosos: eles temiam qualquer acontecimento que fugisse do cotidiano. Aos olhos dos trabalhadores, qualquer fenômeno que fugisse um pouco da normalidade era considerado uma manifestação do sobrenatural. Os eventos da natureza eram tidos como presságios: sinais, talvez, do fim do mundo. Numa de suas memórias, o sacerdote relembrou uma grande ventania, em Serra da Raiz, que fez com que as pessoas se desesperassem e se ajoelhassem pedindo clemência aos céus. Ainda de acordo com o padre Luís, os trabalhadores se atormentavam com a possibilidade de o padre encontrar um pingo de sangue na bíblia durante a missa de aleluia. Se isso acontecesse, o mundo acabaria.

Que significava aquele astro aparecendo pelas madrugadas frias do Lameiro? Eram muitas as conjecturas que se faziam. E cada uma que fosse mais disparatada. Mas a conversa sempre terminava em fim do mundo. A semana santa estava longe, mas todos se arreceavam do que viria, no sábado de aleluia. O padre Aprígio certamente não acharia mais o pingo de sangue, na igreja. Daquela vez tudo ia-se acabar. (OLIVEIRA, 2017, p.65).

O medo era uma característica marcante nos discursos que tinham como objeto “a cultura do povo”. Nesses discursos, o povo aparecia como uma entidade aterrorizada que, por falta de conhecimento, mistificava o mundo. Manoel Madruga, outro escritor de Serra da Raiz-PB, também escreveu sobre o medo do fim do mundo em suas memórias. O cenário descrito pelo autor é caótico: pessoas vendendo tudo que tinham, enquanto outras rezavam desesperadas. Não apenas nos escritos de intelectuais, mas também nos jornais é possível notar essas imagens do “povo medroso”. Em outra matéria do jornal *A tarde*, encontramos o seguinte enunciado: “O fim do mundo é motivo de preocupação constante do homem interiorano, bem assim, o dia do juízo final (quando Deus haverá de julgar as almas). Esses temas, por sinal, são objetos de suas constantes conversações.” (A tarde, 05, set. 1964).

3.3 A figura do senhor de engenho nos escritos do padre Luís

Na apresentação do livro *Figuras e Paisagens* (2017), o historiador José Augusto de Oliveira escreveu: [...] muito embora seja uma obra memorialista, *Figuras e Paisagens* não é uma autobiografia. Não se trata de erguer monumentos genealógicos. Não há um capítulo

específico dedicado ao pai que o motivou. [...]” Não concordamos com essa afirmação. De fato, não existe um capítulo específico em que o autor discorre sobre o pai. Porém, isso certamente não teve como causa uma suposta intenção do referido memorialista de não enaltecer o seu tronco genealógico.

Na verdade, o velho Basílio, nas memórias analisadas, é um personagem grande demais para caber em um capítulo. O senhor de engenho perpassa, de forma sempre preponderante, a maioria dos escritos memorialísticos do padre Luís. É provável que, entre os escritores que escreveram sobre o universo do engenho, o padre Luís G. de Oliveira foi o que menos teve capacidade de olhar criticamente para a figura do senhor de engenho. Não é difícil encontrar, em meio aos seus escritos, trechos em que o autor enaltece as qualidades do seu pai:

O velho Basílio sabia apreciar o homem trabalhador, facilitando os meios de ganhar um dinheiro mais folgado. Todo ano, pela safra de Joaquim Fernandes tinha seu partido bem tratado, para dividir com o patrão. É com vaidade que ele conta que o engenho passava uma semana inteira quebrando cana de sua lavra. E no fim o resultado compensava, muito bem, o trabalho. O velho Basílio fazia a divisão de lucros, com excessivo escrúpulo religioso. Não queria nada de ninguém. Apresentava a nota de cargas de aguardente ou rapadura, com as despesas havidas na moagem, e entregava ao lavrador quanto a este cabia por justiça. (OLIVEIRA, 2017, p. 110)

O senso de justiça era só uma das incontáveis qualidades do velho Basílio. Ele também era “um homem sem vaidade. Um homem votado de corpo e alma ao trabalho”. Coração bom, alma larga, piedoso e católico exemplar. Quase sempre, esses elogios são colocados nas bocas dos personagens, transmitindo a ideia de isenção do narrador. Interessante notar que, ao longo dos seus escritos, em raras ocasiões, Luís G. de Oliveira se refere ao velho Basílio como sendo o seu pai. O narrador, na maioria das vezes, cita o senhor de engenho como quem cita uma pessoa não familiar.

Isso pode ser interpretado como uma tentativa do autor de se distanciar daquilo que sendo narrado. Provavelmente, o padre Luís estava tentando transmitir a ideia de que as suas memórias não tinham sido distorcidas pelos seus sentimentos e crenças. Essa tentativa de distanciamento, porém, não consegue ofuscar a tentativa de construir uma imagem idealizada do senhor de engenho. Em síntese, podemos aplicar ao conjunto de sacerdote, aquilo que José Américo de Almeida escreveu sobre o livro *Quadros de minha infância*: “É mais uma homenagem filial do que uma confissão”.

3.4 Nem simples, nem conformados: a luta dos trabalhadores rurais

Diferente dos indivíduos conformados e dóceis que aparecem nos textos do padre Luís, a historiografia paraibana nos mostra o quanto, ao longo do século XX, os trabalhadores rurais lutaram a fim de conquistar melhores condições de trabalho. Diante das péssimas condições de trabalho e da exploração por parte dos grandes proprietários de terra, os trabalhadores do campo oscilaram entre a passividade e a resistência. E um dos principais símbolos dessa resistência foi o movimento das “Ligas Camponesas”. Desde os anos 40 do século XX, as ligas camponesas buscaram ferramentas para resistir à exploração dos usineiros e donos de engenho, mas o movimento se tornou mais conhecido nacionalmente nos anos 50, após as conquistas obtidas no engenho Galileia em Pernambuco (CHRISTILLINO, 2016).

A Sociedade de Agricultores, Plantadores e Pecuaristas Pernambucanos (SAPPP) foi criada em 1955 no engenho Galileia, localizado em Vitória do Santo Antão - PE. O movimento ficou conhecido como “Ligas Camponesas” por causa dos jornais conservadores que associaram o movimento às Ligas Camponesas criadas pelo PCB na década de 40 do século XX (PESSOA, 2015). A conjuntura histórica que possibilitou a emergência das ligas camponesas foi marcada pela concentração de terras. Nesse contexto, “[...] a criação das ligas camponesas da Galileia significou, quando da sua criação em 1955, um ponto de inflexão em relação ao circunscrito poder de um arcaico senhor de engenho.” (RANGEL, 2000, p.5).

Na Paraíba, a atuação das ligas camponesas no município de Sapé ganhou bastante destaque. Criada oficialmente em 1958, o movimento tinha como principais lideranças João Pedro Teixeira, Pedro Fazendeiro e Nego Fuba (João Alfredo Dias). O movimento logo se alastrou e ganhou força. Com poucos anos de articulação, o movimento já contava com um número significativo de associados, canalizando em si as esperanças de milhares de trabalhadores que viam nas Ligas Camponesas a oportunidade de obter direitos trabalhistas. No entanto, na mesma proporção em que a Liga camponesa de Sapé ganhava notoriedade, aumentava a repressão e a exploração por parte dos latifundiários:

A partir dessa nova configuração do movimento camponês, mais organizado e politizado, os proprietários passaram a se incomodar, criando uma tensão ainda maior nas relações entre patrão e empregado. A reação dos proprietários foi de aumentar ainda mais a exploração, as expulsões e restrições aos seus trabalhadores, moradores de condição ou foreiros – tais como proibição de seus moradores plantarem lavouras, visando não ter de pagar indenizações nas expulsões, e etc. Essa tensão vai aumentar significativamente a partir da luta por reforma agrária, tendo por consequência uma radicalização nos embates

entre as forças dos latifundiários e dos camponeses, que terminavam muitas vezes em mortes de ambos os lados. (PESSOA, 2015, p.45-46).

O clima era de tensão. E não custou muito para que essa tensão se transformasse em sangue. Os anos que seguiram a criação das Ligas Camponesas foram marcados pela perseguição e pelos assassinatos de lideranças do movimento. Em 1961, Alfredo Nascimento, líder camponês, foi assassinado. Pedro Fazendeiro, membro da Liga, sofreu uma tentativa de assassinado (LEMOS; PORFÍRIO, 2013). Ao atacar as lideranças, os latifundiários esperavam silenciar o movimento. Essa repressão teve o seu ápice com o assassinato da principal liderança do movimento em sapé: João Pedro Teixeira.

Em abril de 1962, as páginas dos principais jornais paraibanos, entre eles o jornal *A união*, noticiaram a morte de João Pedro Teixeira. O líder Camponês foi alvo de uma emboscada quando voltava de João Pessoa-PB, sendo alvejado com vários tiros (LEMOS; PORFÍRIO, 2013). A morte causou grande comoção. Milhares de pessoas foram ao funeral do líder camponês. O plano do assassinato deu certo, porém o objetivo de silenciar o movimento dos trabalhadores fracassou. A morte de um dos principais líderes do movimento não calou as vozes dos trabalhadores rurais.

Os movimentos que ficaram conhecidos como Ligas Camponesas, em contraste com os textos do padre Luís G. de Oliveira, revelam o lado combativo e a capacidade de organização dos trabalhadores rurais paraibanos. Se, em suas memórias, o sacerdote lembrou representações de trabalhadores passivos, acostumados com a miséria e dependentes dos patrões, os movimentos camponeses mostraram o protagonismo dos próprios trabalhadores rurais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da obra memorialística do padre Luís ter como objeto o passado, ela se dirige inevitavelmente ao período em que foi produzida. O passado construído pelo sacerdote foi forjado a partir dos seus interesses enquanto sacerdote, político e latifundiário. Só levando em consideração esse lugar social ocupado pelo padre Luís, é possível entender o porquê de ele ter relembrado os trabalhadores como indivíduos ingênuos precisavam ser guiados (tanto nos aspectos políticos como espirituais) por uma elite econômica e religiosa.

Quando utilizei o termo “fabricar” no título deste trabalho, não o fiz no sentido de criar uma ilusão ou mentira. Não se trata de uma ideologia que esconde a realidade atrás de si. Inventar ou fabricar, de acordo com Albuquerque Jr (2013), é uma atividade comum a todos os seres humanos.

“Calado e feio como um pecado mortal, o Roliço trabalhava toda a semana, com a coragem de um burro de engenho” (OLIVEIRA, 2017, p.100-101). Coragem de um burro: disposição de animal. O trabalho, na obra do padre, tem uma função paradoxal: dignifica os indivíduos ao mesmo tempo em que extraí deles a humanidade. O trabalhador rural, nos escritos do padre Luís G. de Oliveira, aparece como um indivíduo que tinha a passividade como característica principal. Essa construção discursiva era bastante conveniente para um proprietário de terra que temia o avanço das lutas dos trabalhadores rurais.

No livro *Figuras e paisagens* (2017), o padre Luís construiu uma identidade camponesa marcada pela infantilidade. As memórias do sacerdote estão repletas de personagens ingênuos, indisciplinadas e supersticiosos. Além disso, em seus textos, Luís G. de Oliveira estabeleceu uma clara separação entre a religião institucionalizada e as práticas religiosas populares. Enquanto a primeira era racional, a segunda era irracional. A “religião do povo” era, em sua perspectiva, a materialização da superstição na qual estava mergulhada a alma dos trabalhadores.

Os trabalhadores, nos escritos do padre Luís, não possuíam outras aspirações além do trabalho agrícola. O engenho era parte integrante de suas vidas e o senhor do engenho era uma espécie de provedor: era dele que irradiava o senso de justiça necessário para ordem social. No decorrer dos textos analisados, percebemos que as virtudes cristãs são colocadas como forma de diferenciação entre os homens destinados a liderança e o “povo simples”. É interessante perceber como esse discurso era conveniente naquele momento histórico. Membro do clero e intelectual reconhecido, Luís G. de Oliveira fez parte, como já mostramos ao longo do trabalho, da campanha a favor da emancipação política de Serra da Raiz - campanha essa que o tornou

uma liderança local. Nesse sentido, construir a imagem de um povo simplório e subserviente foi uma maneira de legitimar a liderança de uma elite religiosa, intelectual e econômica: elite da qual fazia parte.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 4^a ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2009.
- ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. **A feira dos mitos: a fabricação do folclore e da cultura popular (Nordeste 1920 – 1950)**. São Paulo: Intermeios, 2013.
- ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. **História: A arte de inventar o passado**. EDUSC; São Paulo, 2007.
- ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. **Nordestino: uma invenção do falo; uma História do gênero masculino (Nordeste – 1920/1940)** 2 ed. São Paulo: Intermeios, 2013
- ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. **O morto vestido para um ato inaugural: procedimentos e práticas dos estudos de folclore e de cultura popular**. São Paulo: Intermeios, 2013.
- ARAÚJO, Fátima. **História e ideologia da imprensa na Paraíba**. João Pessoa: A união, 1983.
- ARAÚJO, Patrícia Cristina de Aragão. **A cultura dos cordéis: Território (s) de tessitura de saberes**. UFPB. Tese. João Pessoa, 2007.
- BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade média e no Renascimento: O contexto de François Rabelais**, São Paulo: Editora da Universidade de Brasília, 1987.
- BEZERRA, Josineide S. **Novos municípios, velhas políticas: práticas de emancipação distrital e estratégias de reprodução política na Paraíba**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BURKE, Peter. **Cultura popular na idade moderna**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2005.
- BURKE, Peter. **História e teoria social**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. 1ed. São Paulo: Contexto, 2018.
- CERTEAU, Michel. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro; Forense universitária, 1982.
- CERTEAU, Michel. **A beleza do morto**. In_____. A cultura no plural. 2. Ed. Campinas: Papyrus, 2001.
- CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: as artes de fazer**. 3ed. Petrópolis: editora vozes, 1998.

- COSTA, Severino Ismael. **Caiçara**: caminhos de almocreves. João Pessoa: Micrográfica, 1990.
- CHRISTILLINO, Cristiano Luís. **O golpe de 1964 e a trajetória da resistência rural**. In: OLIVEIRA, T. B; AIRES, J. L.Q; SILVA, V. C. Poder, memória e resistência: os 50 anos do golpe de 1964 e outros ensaios. João Pessoa: Editora do CCTA/ Mídia editora, 2016.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: Entre Práticas e Representações. Lisboa: DIFEL, 2002a.
- CHARTIER, Roger. **História ou a leitura do tempo**. Autêntica; Belo horizonte, 2010.
- CHARTIER, Roger. **O mundo como representação**. In: À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude. Porto Alegre, Ed. Universidade/UFRGS, 2002b, pp.61-81.
- FREIRE, Diego José Fernandes. **Contando o passado, tecendo a saudade**: a construção simbólica do engenho açucareiro em José Lins do Rego (1919-1943). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, 2014.
- GONÇALVES, Regina Célia. **Guerra e Açúcares**: Política e Economia na Capitania da Parayba, 1585-1630. Bauru: Edusc, 2007.
- GUINZSBURG, Carlos. **O queijo e os vermes**: o cotidiano de um moleiro perseguido pela inquisição, São Paulo: Companhia das letras, 2006.
- GUINZSBURG, Carlos. **Mitos, Emblemas, Sinais**. São Paulo; Companhia das Letras, 2011.
- GUINZSBURG, Carlos. **Os fios e os rastros**: verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GUINZSBURG, Carlos. **Relações de força**: História, retórica, prova. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- KOSSOY, Boris. **Realidades e ficções na trama fotográfica**. São Paulo; Ateliê editora, 2002.
- LEMO, Assis; PORFÍRIO, Waldir. **João Pedro Teixeira**: a saga de um mártir. Campina Grande: eduepb, 2013.
- LIMA, Luciano Mendonça. **Derramando susto**: os escravos o Quebra-Quilos em Campina Grande. Tese; UNICAMP, São Paulo, 2001.
- LIRA, Silvano Fidelis. **Modernizar a agricultura, salvar o “Nordeste”**: considerações acerca da polifonia discursiva sobre a agricultura no início do Século XX. Espacialidades. V.7, n.1, p.47-78, 2014.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5º Ed. Campinas: Editora da UNICAMP. 2003
- MADRUGA, Manoel. **Serra da Raiz**. Rio de Janeiro: Jornal do Comercio, 1955.
- MADRUGA, Manoel. **Claridades e sombras**. Belo Horizonte: imprensa oficial, 1966.

- NAVARRO-BARBOSA, Pedro Luís. **O acontecimento discursivo e a construção da identidade na História**. In. SARGENTINI, V; NAVARRO-BARBOSA, P. L. Michel Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade. São Carlos: Clara Luz, 2004.
- NUNES, Mariângela D.V. **Entre o Capa Verde e a Redenção: A Cultura do Trabalho com o Agave nos Cariris Velhos (Paraíba, 1937-1966)**. UnB. Tese, março de 2006.
- OLIVEIRA, Luís Gonzaga. **A tragédia do Major**. 2. Ed. Natal: Offser, 2015.
- OLIVEIRA, Luís Gonzaga. **Figuras e paisagens**. João Pessoa: A união, 2017.
- OLIVEIRA, Luís Gonzaga. O padre Emídio Fernandes e o seu tempo. In. **Revista da academia paraibana de letras**. N.6, p. 2015- 230, 1955.
- OLIVEIRA, Luís Gonzaga. **Quadros da minha infância**. João Pessoa: A imprensa, 1958.
- OLIVEIRA, Raniery Augusto de Cavalcante. **Quadros de minha infância: as memórias do padre Luís Gonzaga de Oliveira, um legítimo “menino de engenho”**. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em História) – Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira, 2014.
- PESSOA, Victor Gadelha. **As ligas camponesas da Paraíba: história e memória**. 2015. 248 f. Dissertação – UFPB, João Pessoa, 2015.
- PIRAUX, Marc; MIRANDA, R.S. **Longa Emergência da agricultura familiar: Relações entre atividade agrícola, atores sociais e formas de intervenção do estado no agreste paraibano**. Raízes. V.30, N.2, p.52-67, 2010.
- RANGEL, Maria do Socorro. **Medo da Morte e Esperança de vida: uma história das ligas camponesas na Paraíba**. Campina: Dissertação de mestrado em História/ Universidade Estadual de Campina, 2000.
- SALVADOR, Vicente do. **História do Brasil**. Brasília: Senado federal, 2010.

APÊNDICE

Cronologia

- **19/05/1915.** Nascimento de Luís G. de Oliveira. Local: Engenho Lameiro/Serra da Raiz-PB.
- **1923** [aprox.]. A família de Luís Gonzaga de Oliveira deixou o engenho Lameiro e foi morar na casa-grande do engenho Bom-Fim.
- **1928.** Luís G. de Oliveira iniciou seus estudos no Seminário Nossa Senhora da Conceição, localizado na capital do estado.
- **1932.** Luís G. de Oliveira concluiu o curso preparatório do Seminário.
- **20/11/1938.** Ordenação sacerdotal de Luís G. de Oliveira. A cerimônia foi conduzida pelo então Arcebispo da Paraíba, D. Moisés Coelho.
- **1939.** Luís G. de Oliveira foi nomeado vigário cooperador da catedral de Nossa Senhora das Neves.
- **01/03/1939.** Morte de Bellarmino Augusto de Oliveira. Local da morte: Serra da Raiz-PB.
- **03/02/1943.** Morte de Maria Emília de Oliveira. Local da morte: João Pessoa-PB.
- **1948.** Luís G. de Oliveira publicou seus primeiros textos no jornal *A Imprensa*.
- **1949.** Luís G. de Oliveira proferiu o discurso “*O padre Emídio Fernandes e o seu tempo*” no teatro de Serra da Raiz-PB.
- **1950.** Luís G. de Oliveira foi eleito membro da (APL).
- **10/05/1951.** Luís G. de Oliveira tomou posse na Academia Paraibana de Letras. No mesmo ano, tornou-se tesoureiro da APL.
- **1952.** Luís G. de Oliveira foi nomeado professor de Latim na Faculdade de Filosofia da Paraíba pelo então governador da Paraíba, José Américo de Almeida.
- **1952.** Assumiu a direção-geral do jornal *A Imprensa*.
- **1953.** Luís G. de Oliveira participou da inauguração da escola Padre Emídio Fernandes na cidade de Serra da Raiz-PB e organizou a recepção do então governador do estado, José Américo de Almeida, e sua comitiva.
- **1955.** Luís G. de Oliveira sofreu um acidente automobilístico.
- **1957.** Luís G. de Oliveira Proferiu um discurso sobre a vida e a obra de Jose Lins do Rego. Local: Faculdade de Filosofia da Paraíba.

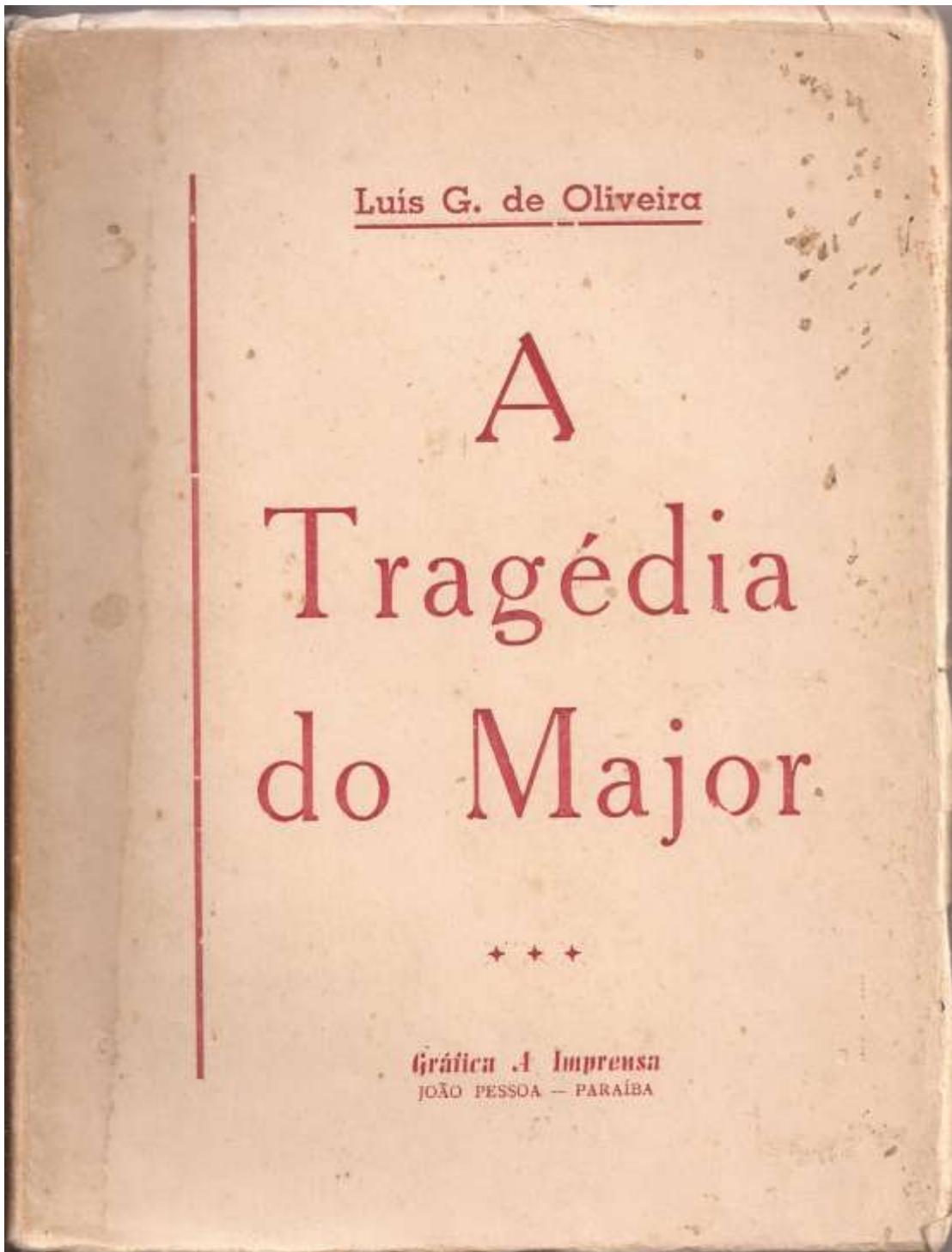
- **1958.** Luís G. de Oliveira publicou seu primeiro livro (*Quadros de minha infância*).
- **1958.** Luís G. de Oliveira proferiu um discurso sobre a vida e a obra de José Lins do Rego. Local: Academia Paraibana de Letras.
- **1959.** Emancipação política de Serra da Raiz. O padre Luís G. de Oliveira participou ativamente da referida campanha. Nesse mesmo ano, o padre Luís foi indicado para o cargo de diretor da maternidade e casa de saúde Manoel Madruga, instituição que ficava localizada em Serra da Raiz-PB.
- **1960.** Luís G. de Oliveira publicou o texto *Impressões de Canudos* na Revista da Academia Paraibana de Letras.
- **1962.** Luís G. de Oliveira publicou o livro *A tragédia do Major*.
- **1965.** Luís G. de Oliveira deixou a direção-geral do Jornal *A Imprensa*.
- **1968:** O padre Luís participou ativamente da campanha de Antônio de Almeida Neto para prefeito de Serra da Raiz-PB.
- **23/05/1971.** Morte de Luís G. de Oliveira. Local: João Pessoa-PB.
- **1985:** Uma estátua do padre Luís G. de Oliveira foi instalada em Serra da Raiz. (Atualmente a respectiva estátua se encontra na sede da ONG SACI).
- **2007:** O historiador José Augusto de Oliveira, parente do padre Luís Gonzaga de Oliveira, fundou a ONG SACI (Sociedade Amigos da Cultura Iniguaçu).
- **2015:** Em ocasião das comemorações do centenário de nascimento do Padre Luís Gonzaga de Oliveira, a ONG SACI lançou uma segunda edição do livro *A Tragédia do Major*.
- **2017:** A ONG SACI lançou o livro *Figuras e Paisagens*.

ANEXO

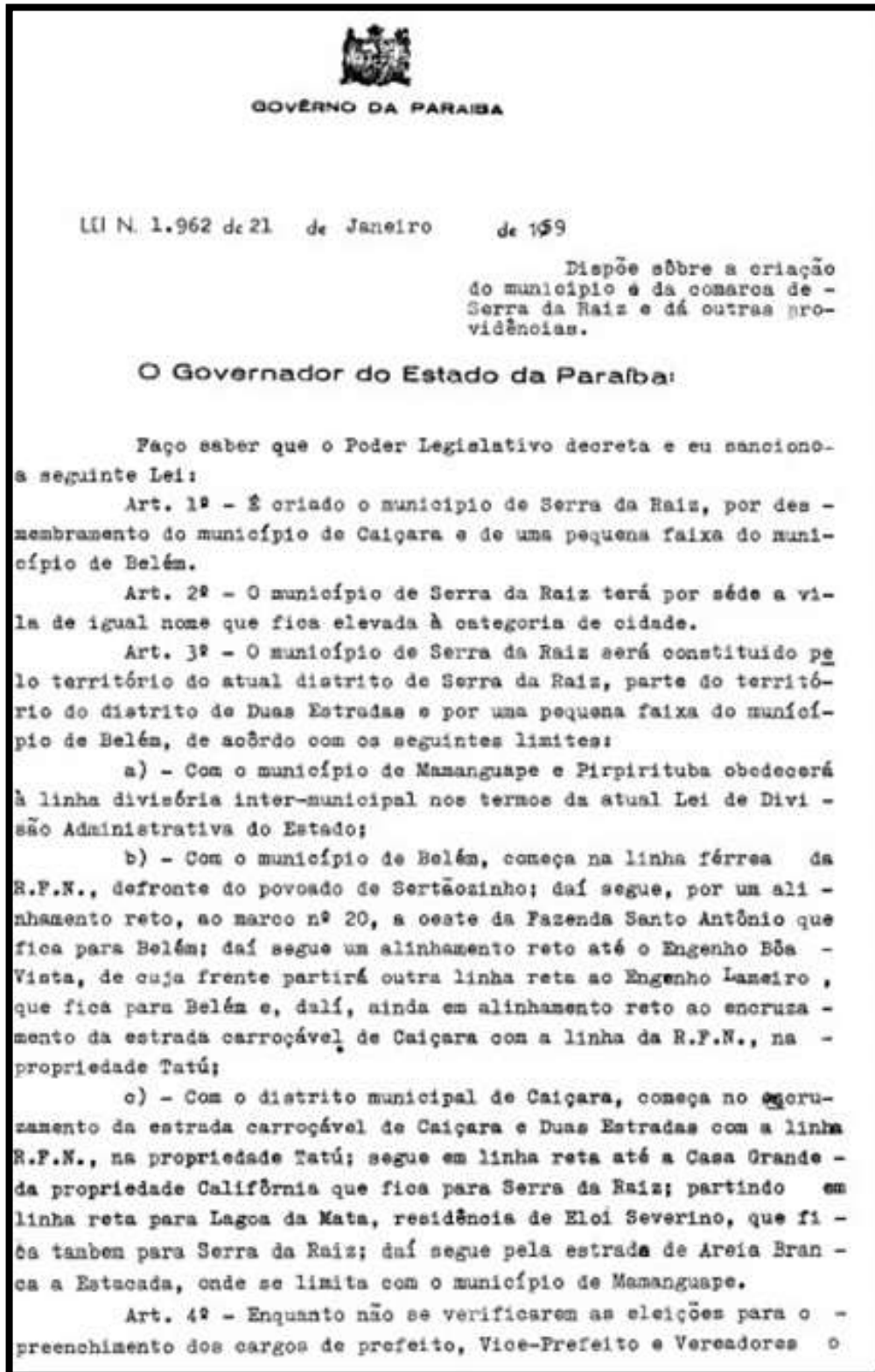
Anexo 1: Capa do livro Quadros de minha infância (1958). Fonte: Arquivo da Ong Saci.



Anexo 2: Capa da primeira edição do livro *A Tragédia do Major* (1962). Fonte: Arquivo da ONG SACI.



Anexo 3: Lei de criação do município de Serra da Raiz. Fonte: Site da Assembleia Legislativa da Paraíba





-2-

Poder Executivo será exercido por um Prefeito nomeado pelo Governador do Estado, o qual, além das atribuições próprias do cargo, poderá elaborar o orçamento e expedir decretos-leis "ad-referendum" da Câmara Municipal.

Art. 5º - As eleições para Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores, realizar-se-ão em data designada pelo Tribunal Regional Eleitoral, sendo de sete (7) o número de Vereadores.

Art. 6º - ... (VETADO).

Parágrafo único - ... (VETADO).

Art. 7º - ... (VETADO).

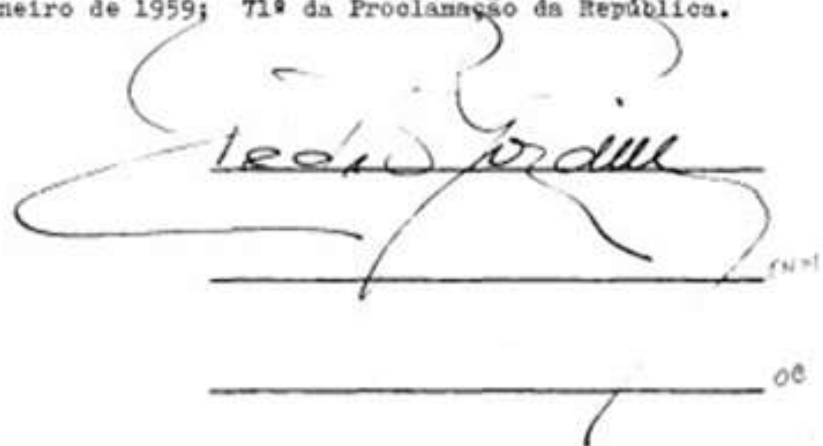
Art. 8º - ... (VETADO).

Art. 9º - Fica extinto o Sub-Comissariado de Polícia do distrito de Serra da Raiz e criado o Comissariado de Polícia, com os seus respectivos suplentes, na forma da legislação em vigor.

Art. 10 - Para ocorrer às despesas desta Lei, o Governador do Estado abrirá um crédito especial até Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros).

Art. 11 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 21 de janeiro de 1959; 71ª da Proclamação da República.



_____ RN=1

_____ 06